

CONVITE

1. Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, foi autorizada a abertura do procedimento por:

Ajuste Direto, nos termos da alínea d) nº 1 do artº 20 do Código dos Contratos Públicos;

Consulta Prévia, nos termos da alínea c) nº 1 do artº 20 do Código dos Contratos Públicos;

aprovado pelo Decreto - Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto de 2017, na sua redação atual.

2. O objetivo deste procedimento é a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS E DE ENCARGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO) NO ÂMBITO DO RGPD”** de acordo com caderno de encargos em anexo e cujo *preço base*¹ é de **18.000,00 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3. **Duração do contrato:** 24 meses.

4. A **proposta** deverá ser constituída por declaração emitida conforme modelo Anexo I, constante do Caderno de Encargos, e pelos documentos relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência:

a) proposta de honorários mensal e total para a duração de contrato.

e pelos documentos relativos aos aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência:

a) taxa de IVA aplicável

5. Quando o procedimento for adotado nos termos da alínea c) nº 1 do artº 20 do Código dos Contratos Públicos; as propostas não serão objeto de negociação e serão adjudicadas de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nomeadamente:

- ***não aplicável ao presente procedimento***

6. O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias contados da data limite para a sua entrega. Este prazo considera-se prorrogado por iguais períodos para os concorrentes que nada requererem em contrário.

¹ **Preço base** é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto (artº 47 do Código dos Contratos Públicos).

7. Modo de apresentação das propostas:

7.1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, **devem estar devidamente assinados e devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada** da seguinte forma:

7.1.1. Remetidas via e-mail para o endereço eletrónico "**contratacaopublica@cm-valedecambra.pt**", devendo para o efeito no campo "**assunto**" fazer referência ao procedimento em causa «**AD Nº 22/2021 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS E DE ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO) NO ÂMBITO DO RGPD**», devendo a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a sua entrega, sob pena de exclusão, até às 17:00 horas do dia 23 de março de 2021.

8. Prestação de esclarecimentos:

8.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas.

8.2. Os esclarecimentos serão prestados por escrito a todos os interessados, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9. Não podem apresentar-se a concurso as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

10. De acordo com o nº 2 do artº 88 do Código dos Contratos Públicos, não é exigível a prestação de caução.

11. Constituem encargos dos concorrentes as despesas respeitantes à elaboração e apresentação das respetivas propostas e, relativamente ao concorrente escolhido, as da apresentação de documentos.

Vale de Cambra, 15 de março de 2021

O Presidente da Câmara Municipal



(José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva)



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS E DE ENCARGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO) NO ÂMBITO DO RGPD

1. O presente procedimento tem por objeto a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS E DE ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO) NO ÂMBITO DO RGPD”**, de acordo com o seguinte:

- Garantir a conformidade com o RGPD e demais regulamentação de proteção de dados
- Garantir a transparência no tratamento de dados pessoais
- Garantir a perfeita adequação técnica e organizacional relacionada com a proteção de dados
- Garantir a visão de privacidade na origem
- Garantir a formação e sensibilização contínua relativamente ao RGPD na Organização
- Rever/atualizar se necessário Inquérito de Conformidade já realizado e elaborar um plano de resposta às necessidades, com a proposta de ações concretas
- Analisar e validar o Inquérito de Segurança da Informação existente, se necessário, com os requisitos específicos previstos no RGPD relativo à segurança do tratamento e dos dados pessoais, de modo a avaliar o nível atual de aplicação de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco.
- Elaborar Relatório de Recomendações, um Plano de Ação e Todas as Políticas, Procedimentos e Contratos necessários e suficientes para a adequação do RGPD ao Município de Vale de Cambra,
- Comunicar os requisitos do RGPD e possíveis evoluções relacionadas com proteção de dados pessoais

Documentos a Rever ou a Produzir , se necessário:

- Código de Ética e Conduta para a Privacidade
- Política de Proteção de Dados Pessoais
- Política de Privacidade
- Política de Segurança da Informação e Política de Uso Responsável
- Modelo de Cláusulas de Contratos com Trabalhadores
- Modelo de Cláusulas de Contrato com Fornecedores
- Modelo de Cláusulas de Contrato com Clientes)
- Formulário de Notificação de Violação de Dados Pessoais
- Procedimento de Notificação de Violação de Dados Pessoais

- Formulário de Consentimento do titular dos dados
- Procedimento de Consentimento do titular dos dados
- Formulário de Retirada do Consentimento do Titular dos Dados
- Procedimento de Retirada do Consentimento do Titular dos Dados
- Formulário de Pedido de Exercício de Direitos
- Outros documentos que venham a mostrar-se necessários de acordo com a evolução da implementação das normas inerentes ao RGPD

Fornecimento de serviços de um DPO (Encarregado da Proteção de Dados) Externo que para além da análise documental e emissão de pareceres sobre a conformidade com a legislação europeia e portuguesa, terá como funções:

- Informar, recomendar e aconselhar a organização, enquanto responsável pelo tratamento ou subcontratante, e outras partes interessadas, no respeito pelas normas de privacidade e pelo RGPD;
- Controlar a conformidade, distribuindo responsabilidades, sensibilização, formação e realizando auditorias na organização;
- Prestar aconselhamento nas avaliações de impacto e controlar a sua realização;
- Constituir o ponto de contacto para as Autoridades de Controlo e representar a organização no caso de violação de dados de qualquer índole

2. O preço base¹ para o procedimento referenciado é de **18.000,00 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

3. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Vale de Cambra, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela Câmara Municipal de Vale de Cambra das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3.1. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária.

¹ **Preço base** é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto (artº 47 do Código da Contratação Pública).

4. A proposta deverá ser constituída por:

- x proposta de honorários mensal e total para a duração de contrato, com indicação expressa da não inclusão do IVA e que ao mesmo acresce o imposto à taxa legal em vigor, se aplicável;
- x Declaração emitida conforme modelo Anexo I, constante do presente caderno de encargos;

5. Em tudo o não especificado no presente convite aplicam-se, subsidiariamente as disposições constantes do *Código dos Contratos Públicos* aprovado pelo Decreto Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do fornecimento a contratar.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º ou a sub alínea i) da alínea b) e alínea c) do nº 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo - quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data)
[assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do nº 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57º ou na sub alínea i) da alínea b) ou alínea c) do nº 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

